

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE RODEIO BONITO/RS.**

**AMA SERVIÇOS PÚBLICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.607.205/0001-23, sediada na Rua Luis de Medeiros, nº 764, Bairro Weber, Município de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 98.600-000, neste ato representada por sua administradora JOICE IVANIR RODHE MASSOTI, vem, tempestivamente e respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 164 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no item 19 do instrumento convocatório em epígrafe, apresentar a presente

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

em face das exigências editalícias contidas no **Pregão Presencial nº 37/2025**, especificamente no que tange aos critérios de Qualificação Técnica Operacional, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas, que demonstram a necessidade imperiosa de retificação do instrumento convocatório para garantir a ampla competitividade e a legalidade do certame.

**1 DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO**

Preliminarmente, cumpre destacar que a presente impugnação é manifestamente tempestiva. Consoante se extrai do preâmbulo do Edital de Pregão Presencial nº 37/2025, a sessão pública de abertura dos envelopes está agendada para o dia 02 de dezembro de 2025, às 08h30min. O item 19.1 do referido edital estabelece que os pedidos de impugnação poderão ser enviados até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública. Considerando que hoje é dia 24 de novembro de 2025, segunda-feira, a presente manifestação encontra-se plenamente dentro do prazo legal e editalício previsto para o exercício do contraditório prévio e do controle de legalidade administrativa pelos licitantes, atendendo, portanto, a todos os requisitos de admissibilidade temporal.

O cabimento da presente medida ancora-se no direito de petição assegurado constitucionalmente e no dever da Administração Pública de rever seus atos quando eivados de vícios que possam comprometer a isonomia e a competitividade do certame. A licitante, ao identificar cláusulas que restringem indevidamente a participação ou que estabelecem ônus desproporcionais em desconformidade com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), possui não apenas a faculdade, mas o dever de provocar a Administração para o saneamento do processo, visando a seleção da proposta mais vantajosa ao interesse público.

**2 SÍNTESE FÁTICA E DO OBJETO LICITADO**

O Município de Rodeio Bonito/RS, por meio do Edital de Pregão Presencial nº 37/2025, deflagrou processo licitatório objetivando a contratação de empresa especializada para o fornecimento de profissionais de saúde (médicos clínicos gerais e dentistas) para atuarem nas Unidades Básicas de Saúde do Município. O

certame, do tipo menor preço por item, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, possui em seu bojo regras referentes à habilitação das licitantes, ponto nodal da controvérsia que ora se apresenta.

Ao perscrutar as exigências habilitatórias, especificamente no item 7.1.4, alínea "c", do Edital, a Administração Pública estipulou como requisito de **Qualificação Técnica-Operacional** a obrigatoriedade de comprovação, já na fase de licitação, de vínculo prévio entre a empresa licitante e os profissionais que executarão os serviços. A redação do referido item dispõe expressamente a necessidade de apresentação de "Documento de comprovação de vínculo entre a pessoa jurídica com o profissional", elencando como meios de prova: cópia de ato constitutivo (para sócios), cópia da CTPS ou Ficha de Registro de Empregados, ou contrato de prestação de serviços com firma reconhecida ou assinado, com data anterior à publicação do edital.

Essa exigência, contudo, tal como formulada, impõe às empresas interessadas um ônus excessivo e desnecessário na fase de habilitação, qual seja, o de manter em seus quadros — ou contratados sob cláusula de exclusividade — profissionais de saúde antes mesmo de saberem se sagrarão vencedoras do certame. Tal determinação, como será demonstrado a seguir, fere frontalmente o princípio da competitividade, da razoabilidade e a disciplina legal da Lei nº 14.133/2021, restringindo o universo de competidores àqueles que já detêm contratos em vigor ou que disponham de capital ocioso para manter profissionais sem a garantia de receita correspondente.

### 3 DO MÉRITO E DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

#### 3.1 DA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE VÍNCULO PRÉVIO NA FASE DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

O ponto central desta impugnação reside na flagrante ilegalidade contida no item **7.1.4, alínea "c", e seus subitens**, do Edital, que exige a comprovação de vínculo empregatício, societário ou contratual existente entre a licitante e o profissional técnico (médicos e dentistas) no momento da habilitação. Tal exigência extrapola os limites do poder discricionário da Administração e configura uma restrição indevida ao caráter competitivo da licitação, violando o disposto no rol de documentos de qualificação técnica previstos na Lei nº 14.133/2021.

A legislação de regência, ao tratar da qualificação técnica, tem por escopo garantir que a futura contratada detenha capacidade para executar o objeto. No entanto, capacidade de execução não se confunde com a disponibilidade atual e imediata de todo o corpo técnico antes mesmo da adjudicação do objeto. Exigir que todas as empresas participantes da licitação comprovem, no momento da entrega dos envelopes, que já possuem os médicos e dentistas contratados em sua folha de pagamento ou mediante contratos de prestação de serviços vigentes, cria uma barreira de entrada injustificável. Isso porque obriga as empresas a assumirem custos operacionais e trabalhistas elevados — contratação de médicos e dentistas — sem a mínima garantia de que vencerão a licitação e terão a receita necessária para arcar com tais custos.

A lógica de mercado e o princípio da eficiência indicam que os quadros de pessoal são mobilizados conforme a demanda. Ao exigir o vínculo prévio, a Administração Pública favorece, inequivocamente, as empresas que já estão prestando serviços para o ente público ou grandes corporações que podem manter um "banco de reservas" ocioso, em detrimento de outras empresas igualmente capacitadas que, contudo, realizariam a contratação da equipe técnica somente após a garantia da celebração do contrato administrativo. Essa distorção fere o princípio da isonomia, pois trata de forma desigual licitantes que têm a mesma capacidade técnica operacional (know-how), mas estratégias de mobilização de pessoal distintas.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 67, disciplina a documentação relativa à qualificação técnica. Muito embora a lei permita a exigência de comprovação de que a empresa possui profissionais capacitados, a interpretação sistêmica e teleológica do dispositivo, alinhada aos princípios da razoabilidade e economicidade, veda exigências que comprometam a competitividade sem trazer incremento real à segurança da contratação. A segurança que a Administração busca — ter certeza de que os profissionais estarão disponíveis — pode ser plenamente satisfeita mediante a apresentação de uma **Declaração de Compromisso** ou **Declaração de Disponibilidade** assinada pelo profissional e pela licitante, na qual o técnico se compromete a integrar a equipe caso a empresa vença o certame.

Exigir o vínculo empregatício (CTPS) ou contratual formal já na fase de habilitação (envelope nº 02) antecipa custos e cria uma reserva de mercado. O vínculo formal deve ser exigido, sim, mas apenas da licitante vencedora e no momento da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço. Transferir essa exigência para a fase de habilitação significa exigir que dez, vinte ou trinta empresas licitantes contratem, todas elas, equipes médicas completas, sendo que apenas uma será contratada. Trata-se de um custo social e econômico inútil, que onera o setor privado e, refletidamente, a própria Administração, pois as empresas que operam sob tal risco tendem a embutir esses custos em suas propostas comerciais, elevando o preço final do serviço.

Ademais, a exigência de vínculo prévio não encontra amparo na jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas, que reiteradamente orientam que a comprovação de vínculo profissional deve ser flexibilizada para admitir declarações de disponibilidade futura. A qualificação técnica visa aferir a aptidão para o desempenho da atividade, e não a verificação estática do quadro de pessoal da empresa em um momento anterior à própria existência da obrigação contratual. O fato de a empresa não ter o médico contratado "hoje" não significa que ela não terá condições de contratá-lo "amanhã", caso vença a licitação. Impedir sua participação com base nisso é presumir incapacidade onde há apenas gestão eficiente de recursos.

### 3.2 DA ONEROSIDADE EXCESSIVA E DA RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO

A Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI, estabelece que o processo licitatório somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. A "indispensabilidade" é

o critério chave. Perguntamos: é indispensável que a empresa tenha o médico contratado via CLT no dia da abertura do pregão? A resposta é negativa. O indispensável é que a empresa, ao iniciar a execução do contrato, disponibilize o profissional.

A cláusula 7.1.4, "c", ao exigir cópia da CTPS, Ficha de Registro ou contrato com data anterior, cria uma reserva de mercado. Empresas de outras localidades ou empresas que trabalham com recrutamento e seleção sob demanda ficam alijadas do processo. Imagine-se uma empresa que possui total capacidade financeira e operacional, vasta experiência (atestados), mas que recruta os profissionais especificamente para cada projeto ganho. Pelo edital atual, esta empresa estaria inabilitada, o que reduz o número de competidores e, conseqüentemente, diminui a chance de a Administração obter o menor preço.

A Lei 14.133/2021 reforça o princípio da competitividade. O art. 9º, inciso I, alínea "a", veda aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório. A exigência de vínculo prévio é classicamente apontada pela doutrina e pelos órgãos de controle como uma das cláusulas restritivas de competição. Ela impõe um custo de transação (contratação prévia) que serve como barreira de entrada.

Além disso, o edital prevê no item 7.1.4, alínea "c", inciso iii, que para profissional autônomo, o contrato deve ter **data anterior à publicação do edital**. Essa especificidade agrava ainda mais a restrição. Se uma empresa interessada viu o edital publicado e correu para buscar profissionais no mercado para montar sua equipe e participar da disputa, ela estaria automaticamente excluída, pois o contrato com esse profissional seria posterior à publicação do edital. Isso impede que o mercado reaja à publicação da oportunidade, congelando a competição apenas às empresas que "já estavam prontas" antes mesmo de o certame existir, o que, em última análise, pode levantar suspeitas sobre o direcionamento do certame para quem já detinha tal estrutura ou informação.

A Administração Pública não pode perder de vista que o objetivo da licitação é selecionar a proposta mais vantajosa. Para tanto, é necessário ampliar ao máximo o universo de proponentes. A exigência do vínculo empregatício ou contratual na fase de habilitação caminha em sentido oposto, afunilando a disputa. A solução jurídica adequada e proporcional, que concilia a segurança da Administração com a ampla competitividade, é a exigência de que a licitante apresente declarações de disponibilidade da equipe técnica, acompanhadas dos respectivos currículos e comprovantes de registro no conselho de classe, deixando a comprovação do vínculo (contratação efetiva) para o momento da assinatura do contrato administrativo.

Desta forma, a comprovação da qualificação técnica profissional deve se dar através da demonstração de que a empresa dispõe de meios para mobilizar a equipe (o que pode ser feito pelas declarações de compromisso dos profissionais), e não pela demonstração de que a equipe já lhe pertence formalmente. A "disponibilidade" exigida pela lei não é sinônimo de "vínculo trabalhista atual", mas sim de garantia de que o profissional atuará na execução do objeto.

Portanto, o item 7.1.4, alínea "c", do Edital nº 37/2025, ao exigir prova documental de vínculo atual (CTPS, FRE ou contrato vigente), extrapola os limites do razoável e do legalmente exigível para a fase de habilitação, devendo ser suprimido ou alterado para permitir a apresentação de declarações de disponibilidade técnica ou compromisso de contratação futura, sob pena de nulidade do certame por vício de ilegalidade e restrição à competitividade.

#### 4 DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, e considerando que a exigência impugnada macula a legalidade do certame e restringe indevidamente a competitividade, requer a Vossas Senhorias:

a) O **recebimento e processamento da presente IMPUGNAÇÃO**, por ser tempestiva e cabível, conferindo-lhe, se necessário, efeito suspensivo até a decisão final, para evitar a realização de certame eivado de vício que possa acarretar sua anulação futura;

b) No mérito, o provimento total da presente impugnação para **DETERMINAR A ALTERAÇÃO DO EDITAL**, especificamente no **item 7.1.4, alínea "c"** (e seus subitens), de modo a: (i) **Afastar a exigência de comprovação de vínculo trabalhista ou contratual vigente na fase de habilitação**; (ii) **Permitir expressamente que a comprovação da equipe técnica seja feita mediante a apresentação de "Declaração de Disponibilidade" ou "Termo de Compromisso"** assinado pelo profissional e pela licitante, postergando-se a comprovação do vínculo formal (CTPS ou Contrato) para o momento da assinatura do contrato administrativo ou início da execução dos serviços, apenas pela licitante vencedora;

c) A consequente **REPUBLICAÇÃO DO EDITAL**, com a reabertura do prazo legal para apresentação das propostas, nos termos do artigo 55 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a alteração solicitada interfere inquestionavelmente na formulação das propostas, ao ampliar o universo de competidores e alterar a composição de custos das licitantes.

Por fim, requer que todas as publicações e notificações referentes a este processo sejam realizadas em nome da empresa Impugnante, nos endereços constantes no preâmbulo.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Três Passos/RS, 24 de novembro de 2025.

Joice I. R. Massotti  
Representante Legal

